Capítulo 33
O renascimento urbano

Com o fim do isolamento do sistema feudal, a população européia voltou a agrupar-se em povoados que se transformaram em cidades, desenvolvidas pelo incentivo comercial. Os servos, vilões e nobres que se haviam transformado em aventureiros ou assaltantes de estrada foram trocando as atividades ilegais pelo comércio legal. Compravam aqui e iam vender adiante. No inverno, abrigavam-se nos castelos e palácios episcopais. Os locais passaram a funcionar como pólos de comércio. Com o tempo, estabelecimentos surgiram fora dos muros dos castelos. Ao longo das estradas e dos rios, nasciam grupamentos que atraíam os camponeses e, mais tarde, tornavam-se cidades. As que já existiam, passaram a progredir após o século XI.

Esta explicação não serve para todas as cidades. Por exemplo, Milão, Pávia, Roma, Luca ou Veneza nunca deixaram de existir como cidades e se formaram antes do Renascimento Comercial.

O desenvolvimento comercial formava novas cidades, e estas intensificavam o comércio. Uma coisa puxava outra. Uma zona fortificada constituía o *burgo*, que assegurava a defesa. Em breve, o casario (*faubourg*, falso burgo) ultrapassava a fortaleza. O castelo ou palácio, símbolos da sociedade feudal, estagnaram, enquanto os povoados cresciam cheios de vida, já integrados na nova ordem econômica. Ali se realizavam as feiras, mercadores armavam tendas, cambistas trocavam moedas, artesãos fabricavam e expunham seus produtos.

A população urbana chegou ao máximo no século XIV, quando veio a *peste negra*. As maiores cidades ocidentais foram Paris, Milão, Veneza, Florença e Nápoles. O número de habitantes não passava de 100 000. Entre 30 000 e 50 000, havia Londres, Colônia, Barcelona, Toulouse, Praga, Roma, Gênova, Bolonha, Palermo. A Córdova muçulmana chegou a ter 900 000 habitantes no século XI.

Pelas ruas tortuosas, sem planejamento, os detritos eram atirados em qualquer lugar e, através de uma vala, levados aos limites da cidade; acumulavam-se à beira dos muros, formando os focos de epidemias. Como o material mais usado era a madeira, havia incêndios freqüentes.

1. Organização e tipos de cidades

As classes burguesas (artesãos e comerciantes) formavam o núcleo da população urbana. A nobreza residiu na cidade em regiões como Itália, sul da França e Espanha, chegando a identificar-se com os interesses da burguesia mercantil, como em Gênova e Veneza. No restante da Europa, procurou viver em seus castelos, dependente da produção rural.

No século XIII, a burguesia se diferenciou em camadas. A dominante era a alta burguesia, *cives majores*, que participavam das corporações de maior destaque e monopolizavam o governo. Na metade do século XIV, as corporações menores, do *povo miúdo* (pequena burguesia), passaram a opor-se às ricas corporações, acusando-as de abuso do poder, parcialidade na justiça, má administração. Em algumas regiões, os artesãos tomaram o poder; em outras, conseguiram maior equilíbrio na direção da cidade.

O *tipo das cidades* variava conforme seus direitos ou liberdades (*franquias*), conseguidos mediante pagamento em dinheiro ao senhor feudal ou, às vezes, pelo uso da força. Para conquistar as franquias, os habitantes se associavam em *confrarias*: os artesãos, em *corporações de ofício*; os comerciantes, em *guildas*. As franquias eram garantidas numa carta, e as cidades que a possuíam chamavam-se cidades *francas*.

Por vezes, os burgueses se revoltavam e passavam a governar eles mesmos a cidade, então chamada de *comuna*, no norte da França, ou *municipalidade*, no sul. Na Itália, algumas cidades constituíram verdadeiras repúblicas independentes, os *consulados*.

Em alguns casos, os nobres progressistas, percebendo que as cidades lhes trariam vantagens, na forma de impostos, declaravam livres as povoações sob seus domínios.

2. Administração e finanças

O órgão administrativo mais forte era a Assembléia: escolhia os *magistrados*, que governavam de fato, sob a direção de um *prefeito*. Em

muitas cidades, o critério democrático desapareceu e a escolha ficou por conta de famílias privilegiadas. A cidade medieval era um mundo fechado em si; cada um era cidadão apenas em sua cidade. Em caso de perigo, faziam-se tratados, como no caso de formação das *hansas*, poderosas associações comerciais que congregavam os interesses de diversas cidades.

A cidade foi adquirindo do senhor feudal o direito de cobrar impostos. Inicialmente, o tesouro era formado por impostos diretos sobre a propriedade, indiretos sobre o consumo e outras rendas. Em certas cidades, criou-se um sistema de arrecadação através do crédito e da emissão de empréstimos ao público, chamado *Dívida Pública*.

A organização corporativa da produção

A política econômica das cidades buscava o equilíbrio entre oferta e procura. Havia rígida intervenção na produção e até a quantidade de moedas emitidas era controlada (a partir de fins do século XIII, a cidade passou a cunhar moedas, comprando ou arrendando esse direito restrito ao senhor feudal).

As corporações ou *grêmios* têm origem controvertida. As primeiras associações tinham preocupações econômicas e caridosas, voltadas para os próprios associados. Na primeira etapa da organização das cidades, a atividade mercantil e artesanal gozou de relativa liberdade. Procurava-se favorecer o abastecimento e formar um mercado local. As *ordenações municipais* proibiam o comércio a varejo aos estrangeiros, mas os estimulavam ao grande comércio.

Havia rigoroso controle de qualidade, com inspeções periódicas. Artigos de primeira necessidade (pão, vinho, pescado, cerveja, cereais) tinham preços sujeitos a regulamentação. Ferro e carvão eram livres. A corporação municipal fixava os salários de trabalhadores temporários, como pedreiros e alfaiates. Outros ganhavam por dia ou sobre peça produzida. As corporações, quando cresciam, reivindicavam para si o direito de controlar o salário dos associados, impedindo a ação municipal.

A unidade de produção típica era a *oficina* do *mestre*, dono também da matéria-prima e ferramentas; ele ficava com os lucros. *Oficiais* ou *companheiros* ajudavam o mestre; eram filhos ou parentes, que recebiam um salário. Vinham então os *aprendizes*, filhos do mestre ou de parentes. A ascensão era lenta. Para chegar a mestre, com o passar dos tempos, o artesão devia preencher certas condições, como: pagar direitos, ter filiação burguesa e legítima, realizar uma obra e submetê-la a julgamento pelo corpo de mestres.

Com o desenvolvimento do comércio internacional, surgiram artesãos que dependiam de um comerciante para lhes fornecer matéria-prima e instrumentos de trabalho; estes *jornaleiros* (contratados por jornada) eram trabalhadores miseráveis, sujeitos aos azares do mercado. O comerciante intervinha na produção para obter melhores ganhos. Tratava de comprar matéria-prima barata e pagar pouco pela mão-de-obra. Este novo personagem, o *comerciante manufatureiro*, preparava o aparecimento das *manufaturas* da época moderna.

Questões propostas

1. Como surgiram as cidades medievais? A explicação mais aceita vale para todas as regiões?

2. Que tamanho tinham as cidades no medievo?

3. Quais eram as condições urbanas medievais?

4. Qual era a classe social marcante da cidade medieval?

5. Como se desenvolveu a luta pelo poder nas cidades?

6. Dependendo do caráter das relações entre burguesia e nobreza, formaram-se vários tipos de cidade na Idade Média: quais os três principais?

7. Como se formaram os primeiros tesouros das cidades?

8. Resuma o funcionamento de uma unidade de produção típica da cidade medieval.

9. Quem foi e o que representou o comerciante manufatureiro?